

INVASORES AMEAÇAM A VIDA DOS POVOS QUE HABITAM A ÁREA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU

A Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, com 1.836.000 hectares, caracteriza-se em uma área de extrema importância no sentido de garantir a sua preservação física e ecológica, sobretudo por sua riqueza cultural representada pelos Povos Indígenas que habitam essa terra. Essa preservação vai além da questão do equilíbrio ecológico, pois ela abriga em seu interior seis etnias, ou seja seis povos diferentes: os Uru-Eu-au-Wau e Amondawa, contatados em 1981, (considerados ainda de pouco contato), os Oro Win, e ainda os Grupos sem contato Jururei, Ivyrapaquara e Urupa-in.

Os Povos citados vêm, ao longo das décadas, sendo submetidos a todo tipo de pressão e violência. O Povo Oro Win foi vítima de massacre em 1964 pelo seringalista Manoel Lucindo. Sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa, consta em depoimentos de seringueiros, que diversas expedições foram sucessivamente organizadas por comerciantes da borracha de Ariquemes (Rondônia), com o objetivo de "limpar" a área em questão, visando permitir a livre extração da borracha e ocupação desses territórios. De acordo com o depoimento dos mesmos, o número de mortos, inclusive mulheres e crianças, às vezes chegava a 40 pessoas. Via de regra, as expedições eram realizadas sempre durante as madrugadas, quando todos dormiam. Não foi diferente em relação aos demais ainda não contatados.

Muito grave, ainda, é a continuidade do processo genocida. Mudaram-se os métodos, mas os agentes ainda são os mesmos.

É importante destacar que a ação dos invasores tem sido uma constante na vida desses Povos, desde a década de 70. Entretanto, a

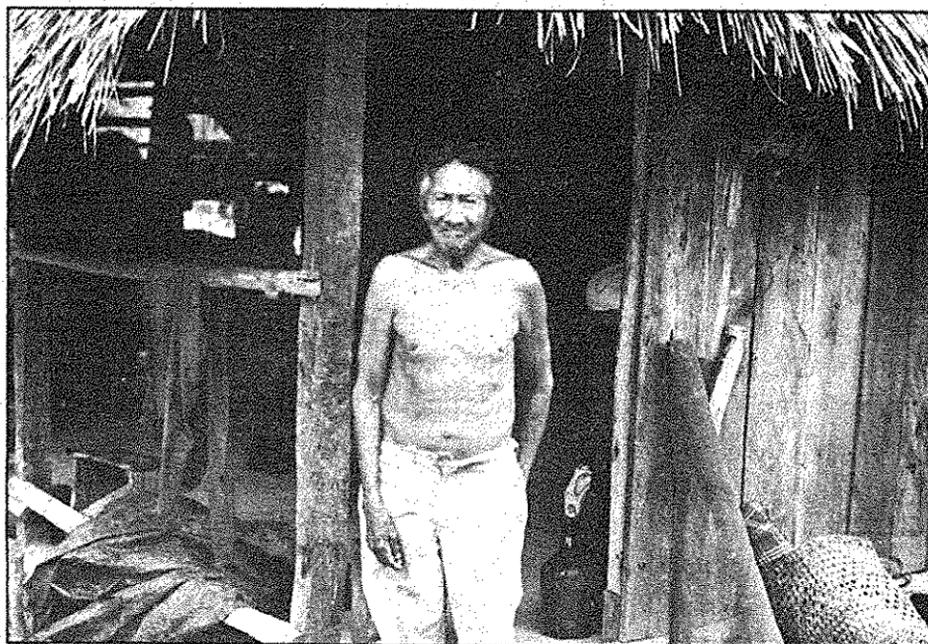
partir de meados de 1995, houve uma intensificação das mesmas com a passagem do Ministro Nelson Jobim, que admitia publicamente que, mudando o decreto 22/91, as áreas indígenas seriam passíveis de redução.

Atualmente, a situação desses Povos é extremamente grave. Aumentam os invasores em todos os limites, alguns marcando Do Povo Indígena Miguelenos, este é o único sobrevivente.

As regiões mais atingidas estão no município de São Miguel do Guaporé, Costa Marques e São Francisco, de modo especial nas regiões denominadas de Floresta, Linhas 48, 43, 82, "O" e "S", ainda no Floresta, Rio São Miguel, Igarapé do Vovô, Rio São Francisco e Serra da Onça.

Já a região denominada de Projeto Buraireiro, no município de Monte Negro, verifica-se que, apesar de encontrar-se "sob-judice", alguns ocupantes conseguiram dos órgãos oficiais competentes, planos de manejo para extração de madeiras.

É muito visível, nesta situação, o envolvimento de políticos que procuram chegar ou manter-se no poder, estimulando eleitores a



ocupar áreas de preservação permanente de unidade de conservação, prometendo viabilizar a aquisição dessas terras, afrontando, assim, a Constituição Federal.

Para concluir, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a situação da Área Indígena Uru-Eu-Wau-wau é calamitosa e coloca em risco a sobrevivência física e cultural dos habitantes dessa área. É lamentável, estes Povos já foram, ao longo de 500 anos, violentados em seus direitos primários, o direito da vida, mortos em quase sua totalidade. Considera-se que a humanidade evoluiu. Entretanto, quando trata-se da luta pelo ter, percebe-se que os métodos são os mais arcaicos possíveis. A vida do outro, no caso do Índio, vale "zero e à esquerda", continuando o genocídio da época do descobrimento.

É preciso dar um basta imediato nessa situação de frontal desrespeito aos direitos humanos. É urgente que se tomem, imediatamente, as medidas cabíveis, no sentido de fazer cessar o crime e punir os responsáveis. Chega de genocídios disfarçados, em nome do desenvolvimento, que, ao final, beneficia apenas os grandes. Basta! Deixem que vivam o que resta dos Povos Uru-Eu-Wau-Wau, Amondawa, Yvyrapaquara, Jururei e Uru-pain.

Cobramos uma posição do Governo Estadual, em razão de que, sendo ele um chefe de Estado, tem obrigações legais e morais de zelar pelo cumprimento das normas constitucionais, bem como o compromisso assumido dentro do PLANAFLORO que previa, desde o princípio, ações de fiscalização, visando a desintrusão de todas as áreas indígenas, o que, até hoje, não foi cumprido, visto que 50% de todas essas terras estão invadidas.

Lamentavelmente temos que reconhecer que há um equívoco: o PLANAFLORO, que veio para corrigir os estragos provocados pelo POLONOROESTE, acabou por sucedê-lo, dando continuidade às ações nefastas do mesmo.

CIMI

Regional de Rondônia